

A. I. Nº - 232875.0726/05-9
AUTUADO - GOMES RIBEIRO COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.
AUTUANTE - ANTÔNIO LUIS DOS SANTOS PALMA
ORIGEM - INFAZ CAMAÇARI
INTERNET - 03/05/2006

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0142-05/06

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas pela legislação deste Estado no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo, entre as Unidades da Federação envolvidas na operação, o pagamento do ICMS devido pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subseqüentes com as referidas mercadorias, será efetuado por antecipação. Exigência parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 07/12/05, exige ICMS no valor de R\$33.688,57, acrescido da multa de 50%, em virtude da falta de recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado.

O autuado, através de seu advogado, apresenta impugnação, às fls. 38 a 43, inicialmente dizendo que apresentou todos os documentos fiscais que deram origem ao Auto de Infração, revelando sua boa fé. Reconhece que o ICMS devido por substituição tributária referente à aquisição de açúcar, conforme as 25 notas fiscais relacionadas nos autos não foi recolhido. No entanto, entende que deveria ter sido deduzido os créditos fiscais constantes dos mencionados documentos, já que se tratam de notas fiscais idôneas. Apresenta planilha à fl. 40 e demonstrativo às fls. 44/45, entendendo que o valor devido é no montante de R\$5.485,14, considerando-se os referidos créditos fiscais. Conclui tecendo considerações a respeito dos fundamentos jurídicos necessários para o nascimento do dever de pagar um imposto. Ao final, requer encaminhamento do processo à PROFAZ para manifestar-se sobre os cálculos apresentados pela defesa, revisão nos termos do artigos 137, I, “b” e 148, III, do RPAF/99, e que o processo seja julgado nulo ou procedente em parte.

O autuante, em informação fiscal, à fl. 86, discorda dos cálculos apresentados pelo autuado, dizendo que sua condição de microempresa não permite o abatimento dos créditos fiscais destacados nos documentos de aquisição das mercadorias no estado de Sergipe. Explica que as microempresas não fazem apuração do imposto a pagar pelo regime normal de apuração. Ao final, mantém a autuação.

VOTO

O presente Auto de Infração exige ICMS, em virtude da falta de recolhimento do imposto por antecipação tributária, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias (açúcar) provenientes de fora do Estado, sujeitas ao regime da substituição tributária.

O autuado não negou a falta de recolhimento do imposto em lide, porém reclamou que o autuante, na apuração do ICMS devido, não deduziu os créditos fiscais constantes dos mencionados documentos que se tratam de notas fiscais idôneas. Apresentou planilha à fl. 40 e demonstrativo às fls. 44/45, entendendo que o valor devido é no montante de R\$5.485,14, considerando-se os referidos créditos fiscais.

Da análise dos elementos constitutivos do PAF, entendo que assiste razão ao autuado e discordo do posicionamento do autuante que não acatou as alegações defensivas.

A forma do cálculo do ICMS devido por antecipação tributária na situação em análise, prevista no art. 353, II, do RICMS/97, não faz distinção, se o adquirente está sujeito ao regime normal de apuração do imposto ou se é optante do regime simplificado (SIMBAHIA). Ademais, o art. 399-A, I, “b”, do mesmo regulamento determina que não se aplicam os critérios de apuração do ICMS estabelecidos no regime de apuração do SIMBAHIA nas operações e prestações sujeitas a antecipação ou substituição tributária.

Dessa forma, na apuração do imposto em questão deve ser deduzido os créditos de ICMS destacados nas notas fiscais de aquisição, o que resulta na redução do valor exigido na presente autuação para R\$5.485,14, ou seja, considero correto os cálculos apresentados pelo sujeito passivo, conforme planilha à fl. 40 e demonstrativo às fls. 44/45.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232875.0726/05-9**, lavrado contra **GOMES RIBEIRO COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$5.485,14**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b, item 3”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Esta Junta de julgamento recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/2000, com efeitos a partir de 10/10/2000.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de abril de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR